



O MILITAR E A POLÍTICA NA REPÚBLICA

Francisco Mariotti

Artigo extraído de monografia produzida, pelo autor, como exigência curricular, para obtenção de diploma do Curso de Comandante e Estado-Maior do Exército.

Aborda os aspectos essenciais que definiram a atuação das Forças Armadas (em particular o Exército), como instituição, em eventos políticos ao longo da vida republicana do País e, ainda, aqueles que, envolvendo militares, dissidentes ou não, terminaram lhe sendo atribuídos.

A GÊNESE DAS FORÇAS TERRESTRES

O nascimento da Força Terrestre brasileira coincidiu com o início da colonização portuguesa.

Para defender as novas terras descobertas e incorporadas, por direito divino, aos domínios de El-Rei, a quem cabia a defesa da fé cristã e da cultura europeia, o colonizador trouxe arraigada a tradição guerreira que,

nos séculos anteriores, havia lhe possibilitado a libertação do jugo espanhol.

A doutrina preconizada pelas Ordenações Afonsinas e Sebas-ticas, que previa o emprego de todos os homens válidos enquadrados e comandados pela nobreza, trouxe-nos a tradição do "povo em armas". Destarte, durante os dois primeiros séculos de colonização portuguesa, ao longo dos quais operou-se um intenso processo de miscigena-

ção, nossas forças terrestres foram constituídas por negros, índios, mamelucos e mulatos, enquadrados e comandados pelos notáveis do novo mundo.

A colônia brasileira parecia ser uma fonte inesgotável de riquezas e, para garantir o seu quinhão maior, a Coroa portuguesa constituiu sua tropa regular com elementos vindos do reino. As Ordenanças e Milícias, de feição e missão locais, compostas pelos naturais da colônia, completaram o aparato militar, que cresceu à medida em que as riquezas da terra foram se revelando. Quando o inimigo externo ameaçava, intensificava-se o recrutamento.

O natural da terra ascendeu na hierarquia militar e começou a ocupar uma nova posição na escala social. Combatia muitas vezes sozinho contra o invasor estrangeiro. Despertava-se a nacionalidade.

Com a vinda da família real para o Brasil, a organização militar ganhou um novo alento. As forças terrestres e marítimas ampliaram o território nacional e garantiram as fronteiras. A crise da independência veio encontrar as forças terrestres imbuídas do espírito nacional e nestas se apoiou D. Pedro, expulsando as tropas portuguesas aqui estabelecidas.

A Constituição de 1824 trouxe a certidão de nascimento das Forças Armadas Brasileiras. Em

1831, abraçadas à causa do povo, do qual eram parte integrante, contribuíram estas decisivamente para o desfecho favorável do processo abdicatório. A consolidação da unidade nacional foi sua grande missão no Segundo Reinado e, nas campanhas guerreiras do sul, aprendeu a superar suas deficiências, sagrando-se vencedora em todas as guerras em que lutou.

Nas últimas décadas do século XIX, vitoriosas na Guerra do Paraguai, as Forças Armadas e, em particular, o Exército lideraram a nação para os novos tempos. A integração do negro que lutara com denodo ao lado de seus irmãos brancos, índios e mestiços foi uma de suas exigências.

A ABOLIÇÃO E A REPÚBLICA

A convivência diuturna nos campos de batalha do Sul, onde aos brancos índios e mestiços ombrearam-se negros e mulatos, fizeram com que o Exército se transformasse num dos bastiões abolicionistas.

No retorno às suas atividades normais da caserna, os soldados começaram a negar-se a cumprir ordens, outrora rotineiras, de perseguir negros fugidos. A propaganda desencadeada pelos abolicionistas encontraram eco no seio do Exército.

Será a causa abolicionista o traço de ligação entre o Exército

Imperial e a causa republicana, pois, em decorrência daquela, viria o líder mais expressivo dos militares de então a ser convertido aos ideais republicanos. O fato histórico que deu o Regime ao engajamento do Exército na campanha abolicionista seria o seguinte:

"O tenente-coronel Antonio de Sena Madureira, abolicionista atuante, no comando da Escola de Tiro, em Campo Grande, RJ, recebe em sua unidade e presta homenagem ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, o qual se destacara nas lutas abolicionistas naquele estado, ao liderar os jangadeiros que se negaram a transportar escravos, acabando com o tráfico e comércio de escravos naquela região. Tal atitude provocou uma censura por parte do Ministro da Guerra do Gabinete Imperial, um civil, gerando profundo mal estar entre os militares." (N. W. Sodré - 1965, 146).

Esse fato, aliado a outras manifestações militares contra atitudes do governo, deu origem à Questão Militar, na qual veio a se sobressair o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, em defesa dos militares que mantinham acesa polêmica com parlamentares do governo imperial.

O Exército, que após o término da Guerra do Paraguai fora abandonado à sua própria sorte, desassistido pelo governo

imperial, que não reconhecia a importância de suas Forças Armadas como sustentáculo do trono, aglutinou-se em torno de seu líder.

No meio civil, agitado pela pregação republicana, desde o Manifesto Republicano de 3 de dezembro de 1870, foi desencadeada, através da imprensa, intensa propaganda, que veio de encontro aos anseios políticos de grandes camadas da população, as quais desejavam um governo mais democrático e que permitisse ao Brasil maior autonomia.

Por outro lado, a partir da segunda metade do século XIX, no dizer de Jeohvah Mota, "foi descoberto com grande encantamento por alguns lentes da Escola Militar a doutrina positivista de Augusto Comte". (R. Teixeira Mendes - 1926, 348)

Seu maior propagador foi o Major Benjamin Constant Botelho de Magalhães, professor de palavra fluente e suave, com sua matemática diferente, feita de formulações filosóficas e sínteses expositivas brilhantes. Pensador arguto e observador sagaz da realidade do Império que se desmoronava, procurou o mestre adaptar a doutrina comteana aos fatos que se sucediam à sua volta.

A mocidade militar da época, de espírito romântico e filosófico, cuja formação obedecia

a processos empíricos, foi a caixa de ressonância ideal para que empunhassem, com entusiasmo, a bandeira republicana.

O passo decisivo no engajamento político dos militares, no entanto, ainda não fora dado. Este só viria a ocorrer com a fundação, em 1887, do Clube Militar, em cuja primeira reunião estavam presentes, entre outros, o Marechal Deodoro, o Marechal Benjamin Constant, o Capitão Serzedelo Correia e o Tenente-Coronel Sena Madureira, que ficou encarregado de elaborar seus estatutos.

Já em setembro de 1887, o Clube Militar lançava o nome do Marechal Deodoro da Fonseca como candidato a uma vaga no Senado, apresentando, como plataforma política, os princípios abolicionistas, a autonomia das províncias, o casamento civil, a separação entre a Igreja e o Estado, entre outros. Era o programa republicano em pleno regime imperial.

A candidatura de Deodoro foi defendida pela Confederação Abolicionista e pelos republicanos e, embora derrotada, a campanha foi um passo importante, pois, pela primeira vez, uma alta autoridade do Exército defendia abertamente a Abolição dos Escravos.

Em outubro de 1887, cresceram os problemas provocados pelo não acatamento de ordens dadas ao Exército para a captu-

ra de negros fugidos. Deodoro, na Presidência do Clube Militar, assumiu a defesa dos faltosos e, após dirigir-se, sem sucesso, ao Ajudante-General do Exército, encaminhou uma petição à própria Regente, afirmando "ser imprudente opor barreira à frente da corrente abolicionista", e "ser papel menos decoroso e menos digno aquele dado ao Exército", e rematava dizendo que "o Exército Brasileiro espera que o Governo Imperial conceder-lhe-á o que respeitosa-mente pede em nome da Humanidade e da Honra da própria Bandeira que defende".

Concluindo a breve análise deste importante período de vida política brasileira, podemos constatar que, no convívio entre os soldados, nas lides guerreiras das campanhas platinas, cimentaram-se os laços de solidariedade entre as raças componentes de nossa heterogênea população.

O Exército, como elemento aglutinador dessas novas tendências, foi encontrar, no Marechal Deodoro, o chefe capaz de defender seus subordinados contra o arbítrio do governo imperial, cujos líderes não souberam prestigiar e valorizar as Forças Armadas de que dispunham.

Ao assumir os ideais abolicionistas, o Exército compeliu o governo à abolição da escravidão, pois deixava este sem seu

elemento de coação, necessário à execução de sua política escravista.

Os republicanos, por sua vez, viram no apoio dado pelo Exército, em particular pelo Clube Militar, o elemento de força indispensável à mudança do regime.

Não foi, portanto, fortuita ou accidental a escolha do Marechal Deodoro para liderar e ser o primeiro presidente da nascente República, como pretendem fazer crer alguns historiadores; foi, isso sim, o coroamento de um delicado processo em que civis e militares se uniram para redirecionar os destinos do país.

A REPÚBLICA DA ESPADA

O Governo do Marechal Deodoro da Fonseca

Proclamada a República, organizou-se, dia seguinte, um governo provisório sob a chefia de Deodoro. Composto por membros do Partido Republicano, profissionais liberais e proprietários de terras, e pelos militares que mais se destacaram no movimento, iria ele governar o país até a promulgação da nova constituição, em fevereiro de 1891.

Constituído por elementos heterogêneos social e politicamente, que não apresentavam uma base firme para sustenta-

ção do governo, além da total in experiência política do velho cabo de guerra que o chefiava, o primeiro governo republicano, eleito pelo voto indireto em 1891, teve curta duração. As alianças ocasionais, celebradas para derrubar a monarquia, se desfizeram, e o Congresso, dominado pelas oligarquias estaduais, tornava impraticável o governo do país.

"O soldado perdeu a calma e dissolveu o Congresso, golpeando audazmente o código fundamental do país!" (Carlos Maximiliano - 1913, 87) As Forças Armadas, apoiadas pelo vice-presidente eleito, Marechal Floriano Peixoto, desencadearam o contragolpe.

Dois fatores conduziram a um final melancólico o primeiro governo republicano, e saltam aos olhos na mais superficial análise da Constituição de 1891.

O primeiro deles é a questão federalista, com a concessão de excessiva autonomia econômica e política aos estados, uma nova concepção de governo à qual o Brasil custaria a se adaptar e, não raras vezes ao longo da nossa história, seria a causa de graves crises políticas.

O segundo, e que a este trabalho interessa mais diretamente, estava inserido na miséria constitucional das Forças Armadas e que regulava o limite de obediência dos militares, no

seguinte texto: "Essencialmente obedientes, dentro do limite da lei." A ressalva ao princípio da obediência decorreu, segundo alguns analistas, da participação que tiveram na elaboração do projeto de Constituição aqueles mesmos elementos atingidos por atos governamentais durante a Questão Militar, e que desejavam continuar participando do processo político.

Por outro lado, a política posta em execução por Deodoro provocou grande reação por parte dos latifundiários, que dominavam os quadros políticos estaduais. Retrocedendo em suas ações, o governo desagradava aos quadros reformistas republicanos, os quais viam frustrar-se assim os ideais propugnados na campanha.

Nos quadros políticos estavam alistados os militares que buscaram assegurar sua participação no processo político do país. Estes solaparam o governo no Congresso e na sua base de sustentação, as Forças Armadas.

O Governo de Floriano Peixoto

Embora não tivesse sido cumprido o período mínimo de governo que, de acordo com a Constituição, possibilitaria ao vice-presidente assumir legalmente a presidência, o Marechal Floriano assume, encontrando

séria oposição civil. Sua atitude, no entanto, é enérgica. Dedica-se fielmente à execução do programa republicano.

A mocidade militar, imbuída dos ideais positivistas, o apóia.

"(...) essa oficialidade, recrutada na classe média, ciosa dos valores peculiares à essa classe e pronta a defendê-los é, assim, precursora e vanguarda da ascensão burguesa a reformista em nosso país. Nesse agrupamento combativo e preparadíssimo é que se apóia Floriano." (N.W. Sodré - 1965, 169)

Tendo assumido o governo a 23 de novembro, Floriano enfrentou, a 13 de dezembro, a revolta da Armada. Não titubeou, reagiu prontamente, prendeu e mandou fuzilar os cabeças. Em março, surgiu o Manifesto dos Treze Generais. Floriano reformou, imediatamente, os generais. Em abril, surgiram manifestações de rua. Floriano prendeu e dispersou os cabeças pelas regiões mais distantes do país.

Outras rebeliões ainda iriam agitar o país no governo Floriano, mas a ação pronta e enérgica deste notável estadista seria o fator determinante para a consolidação da República.

Em relação à atitude política dos militares, diz o General Estevão Leitão de Carvalho em seu livro *Defesa Militar e Política Partidária*:

"O governo de Floriano com o exacerbado proselitismo que se formou em torno de sua ação executiva, na repressão de revolta, ofereceu um caminho indireto ao fortalecimento da disciplina no Exército e da obediência ao poder civil, que ele encarnava." (E. L. Carvalho — 1959, 26)

A nova república sul-americana contara, para o seu nascimento, com a ação decisiva das Forças Armadas, em particular do Exército, o qual, como vanguarda intelectual da sociedade brasileira na época, fornecera, não apenas o concurso de suas armas, mas também a base filosófica sobre a qual deveria ser erigida a estrutura republicana.

A elite militar, cujos princípios políticos ainda se encontravam em fase experimental, não se manteve fiel à liderança do velho Marechal, inviabilizando o primeiro governo republicano. Tornava-se necessário, no entanto, completar o processo. Somente outra liderança, com maior poder aglutinador, e, principalmente, maior disposição disciplinadora, seria capaz de reconduzir os militares à trilha do cumprimento irrestrito das ordens recebidas e impor à classe política as novas regras.

O Exército Brasileiro apresentou-se, nesse crucial período de nossa história, não apenas como um reflexo do meio de onde procediam seus elementos

constitutivos, mas, sobretudo, como condutor e executor do processo de reformas pelo qual ansiava a Nação.

De Floriano ao Tenentismo.

A consolidação do sistema republicano exigiu de seu executor enormes sacrifícios, mas foi um processo que obteve ampla aprovação popular, conforme se depreende da citação de Luiz Edmundo a propósito do féretro do Marechal Floriano:

"... nem pelos dias reservados às cerimônias religiosas da Paixão de Cristo o Rio de Janeiro apresentava uma aparência, assim, tão cheia de desconsolo e tristeza (...) Um terço dos moradores da cidade ou, talvez, mais assistiu à solene passagem desse cortejo que levou horas a desfilar." Luiz Edmundo — 1958, 397)

A ação enérgica de Floriano gerou, no entanto, entre as oligarquias oriundas do Império e os opositores políticos do governo, profundos antagonismos e ressentimentos. Durante os governos civis que se sucederam ao de Floriano, foi desencadeada intensa campanha antimilitar. O antiflorianismo transformou-se em antimilitarismo, sendo o florianismo considerado como ameaça à segurança nacional.

Iniciou-se a política dos governadores dirigida pelos estados de Minas Gerais e São Paulo, que se revezavam no poder, apoiados pelos governos estaduais, aos quais concediam ampla autonomia. Os estados passaram a ser administrados como grandes feudos; o Exército foi "esquecido". Criaram-se forças irregulares a mando dos coronéis, com tendência a se tornarem regulares por ordem dos governos estaduais. Fortaleceram-se as Polícias Militares estaduais, sendo que a de São Paulo possuía artilharia e aviação e recebeu, antes do Exército, missão militar de instrução estrangeira.

O Exército, que saíra desgastado do Império, não tivera na República melhor sorte.

"A vida na caserna constituía uma rotina modorrenta e sem finalidade. Não havia um programa de instrução, sendo esta ministrada pelos graduados e consistia apenas em um pouco de ordem unida e regulamentos." (E. L. Carvalho. — 1958, 32).

Os oficiais mais antigos disputavam prestígio e estavam engajados na política partidária. Aqueles egressos da Escola Militar não encontravam na tropa ambiente propício ao trabalho.

A partir de 1905, o então Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, deu início às reformas no nível profissional

do Exército. Pela primeira vez, em vinte anos, foram realizadas manobras pelos corpos da guarnição da capital federal, nos campos de Santa Cruz. Nos anos seguintes foram enviados oficiais para realizar estágios no Exército Prussiano, "a fim de aí colherem elementos que devam orientar a remodelação de nossas forças de terra". (E. L. Carvalho. — 1958, 34)

Iniciava o Exército um processo de modernização e profissionalização, capitaneado pelos oficiais que tinham se aperfeiçoado no mais avançado centro de arte militar de então, e que passaram a ser conhecidos por "jovens turcos", quando no cenário político brasileiro surgiu um novo impasse com a sucessão presidencial de Afonso Pena.

Apresentado como candidato de conciliação das correntes no governo, o Marechal Hermes da Fonseca, então Ministro da Guerra, iria encontrar no candidato oposicionista, Ruy Barbosa, um inimigo terrível que, aliado à imprensa, desencadearia uma feroz campanha, reacendendo a polêmica antimilitarista.

Solidária a seu chefe e organizador, engajava-se novamente a Instituição em debates e disputas políticas.

Eleito Hermes da Fonseca, vê-se o Exército empregado para resolver conflitos partidários nos estados.

Essas intervenções, chamadas de "políticas das salvagens", desgastaram grandemente a imagem da força e levaram os quadros, particularmente os oficiais, a um intenso engajamento político. As profundas transformações sociais, que vinham se operando no Brasil desde a Proclamação da República, não permitiram que se desligasse a componente militar de sua correspondente política. O idealismo modernizador, que se iniciara com o Marechal Hermes, em 1905, e defendido pelos "jovens turcos", que pregavam o desengajamento político dos militares, seria frustrado.

"Pretendia uma força militar modelar, num país em que isso teria sido um contraste. (...) porque a realidade iria perturbar o projeto, desde os seus primeiros dias: ao mesmo tempo que se pretende dar ao Exército organização modelar e eficiência exemplar, surgem graves questões políticas que o envolvem e perturbam todo esse esforço..." (N. W. Sodré. — 1965, 200)

Ao findar-se o mandato do Marechal Hermes, que fizera uma administração desastrosa, substituindo nos estados uma oligarquia por outra, às vezes pior, encontravam-se os quadros militares desgastados e apresentavam-se em duas correntes de opiniões diversas: uma que propugnava pelo desengajamento político do Exército e defen-

dia uma ampla modernização da força; outra que via na crise por que passava a Instituição apenas um reflexo das disparidades sócio-político-econômicas nas quais se encontrava mergulhada a Nação, e que julgava necessário o concurso direto da força para sua solução.

Após um período de calma-ria, marcado pelos governos do presidente Wenceslau Brás, durante o qual o Brasil experimentou considerável progresso econômico, proporcionado particularmente pelo incremento às exportações para as nações envolvidas na 1ª Guerra Mundial, e pelo de Epitácio Pessoa, que marcou uma nova fase de modernização do Exército, com a contratação da Missão Militar Francesa de Instrução, e a grande administração realizada por Pandiá Calógeras à frente da pasta da Guerra, volta a se agitar o quadro político brasileiro, com um novo confronto entre políticos e militares.

A corrente de opinião que propugnava por uma participação direta dos militares na política, reunida sob a chefia do Marechal Hermes da Fonseca, compondo o quadro social do Clube Militar, sentiu-se ofendida por uma suposta carta atribuída ao então candidato à Presidência da República, Artur Bernardes, na qual este feria a dignidade do Exército.

Por sua vez, o Marechal

Hermes, no exercício das funções de Presidente do Clube Militar, respondera a uma consulta dos oficiais que serviam na guarnição de Recife, os quais receberam ordens de empregar suas tropas para manutenção da ordem na capital pernambucana, a fim de evitar conflitos entre militantes de diferentes facções políticas. Aconselhou-os o velho Marechal "a não emprestar suas responsabilidades de oficiais do Exército aos arbítrios que iriam se consumir, lembrando-lhes que as situações políticas passam e o Exército fica".

Tal fato provocou a interpeção direta do presidente da República ao Marechal Hermes, repreendendo-o e posteriormente fechando o Clube Militar.

A esses episódios somam-se todas as perseguições a que estiveram expostos os militares durante o governo Epitácio Pessoa, que, embora tendo realizado uma boa administração, fê-lo de maneira a eliminar toda a oposição aos governos estaduais.

Eleito Bernardes, "o Exército ou a parte revolucionária dele — constituía-se numa espécie de partido político renovador, que não podendo agir pelo voto, aliou-se às facções civis derrotadas e descontentes para agir pelas armas". (A. A. Melo Franco, 1935, 1054).

Manobrando os votos de uma massa de analfabetos e de

sinformados, as oligarquias estaduais, com a autonomia que a Constituição vigente lhe assegurava, conduziam as eleições ao seu belprazer e revezavam-se no poder. A mesma nobreza que proliferara nos favores do Segundo Reinado voltara a dominar o quadro político do país.

Constatamos, pois, que a idéia republicana, tão calorosamente defendida pelos políticos durante a campanha, viria a exigir um governo forte para fazê-la realidade. Somente com o apoio do aparato militar, pôde o Marechal Floriano consolidá-la, mas os grupos que tiveram seus interesses postergados uniram-se aos adversários de então para se oporem ao governo. O Exército, no qual se apóia o presidente, passa a ser o alvo das campanhas oposicionistas. O latente antagonismo entre os militares, representantes das aspirações populares, e os políticos, herdeiros da oligarquia dominante no Brasil Imperial, se aprofundou com a eleição do Marechal Hermes e sua política de governo.

Havia, entretanto, dentro dos quadros militares, elementos engajados diretamente no processo político e que sentiram o retrocesso institucional que começava a se esboçar, frustrando os ideais republicanos.

O Clube Militar é a caixa de ressonância dessas aspirações. A corrente política do Exército

que ali nascera agita-se e entra em efervescência. A mocidade militar, formada dentro desse período de intensas transformações políticas e sociais por que passava o mundo todo, marcado inclusive pela eclosão da 1ª Guerra Mundial, inflama-se.

A República, cujo controle retornara às mãos de seus antigos senhores imperiais, seria sacudida por uma nova onda renovadora e, mais uma vez, assumiriam os militares a bandeira das mudanças. O Tenentismo iria iniciar seu ciclo.

O TENENTISMO

Após o fechamento do Clube Militar, os integrantes daquele aguerrido grupo político, formado em torno do Marechal Hermes, desenvolveram intenso trabalho de propaganda junto aos corpos-de-tropa.

Cinco dias após, a 5 de julho de 1922, irrompeu uma rebelião das forças do Exército, como protesto contra a atitude do presidente da República em relação ao Clube Militar e seu presidente. Tomaram parte no levante a Escola Militar, parte do 1º Regimento de Infantaria e do Batalhão de Engenharia, as guarnições do Forte de Copacabana e Vigia e as guarnições de Mato Grosso, comandadas pelo General Clodoaldo da Fonseca.

Marcado por lances de heroísmo e bravura, esse movi-

mento teve como participantes, em sua maioria, oficiais jovens e cadetes da Escola Militar, donde o cognome Tenentismo, e seu objetivo expresso foi o de desagrar a honra do velho chefe e ex-presidente da República.

Após ter sido sufocado, entretanto, o movimento foi legalmente enquadrado como de origem e motivações políticas, e, atentatório às instituições vigentes. Com tal enquadramento, pretendia o governo excluir seus participantes dos quadros do Exército, pois a pena prevista era superior a dois anos.

Embora as ações mais expressivas e conhecidas do movimento tenentista tenham-se dado na capital do país, em vários pontos do território nacional ocorreram manifestações de descontentamento e desobediência por parte de militares. Todos esses atos receberam o mesmo tratamento jurídico, o que provocou a proscrição voluntária dos envolvidos para fugir ao julgamento.

Tais elementos passaram a constituir, juntamente com os simpatizantes não proscritos, e portanto ainda exercendo funções na tropa, uma vanguarda revolucionária que, liderada pelo General Isidoro Dias Lopes, desencadearia, a 5 de julho de 1924, o segundo levante tenentista, em São Paulo.

A esse movimento, que che-

gou a conquistar a cidade de São Paulo, tendo sido posteriormente recalçado para o interior do país, uniram-se os insurretos da região das Missões, no Rio Grande do Sul, vindo a constituir em Foz do Iguaçu, no Paraná, a famosa coluna Miguel Costa-Prestes. Essa coluna, que percorreria o interior do país, cobrindo um itinerário de mais de 20.000 km, em lutas continuadas contra as forças legais, asilar-se-ia posteriormente no exterior, mantendo acesa a chama tenentista.

A mudança de governo, em 1926, não trouxe a esperada anistia aos revoltosos, que, no exílio, intensificaram sua pregação revolucionária, encontrando, porém, pouco eco entre a classe política.

A constituição, em 1927, do Partido Democrático, em âmbito nacional, de oposição ao governo, foi a oportunidade que se apresentou aos "tenentes" para a difusão de sua pregação revolucionária. A aliança foi consolidada às vésperas das eleições presidenciais, em 1929, e atraída para a classe política a simpatia popular conquistada pela coluna revolucionária em sua epopéia, além de garantir a componente militar do movimento que pretendia deflagrar, caso fossem derrotados nas eleições, o que já era esperado.

Aliados pois, a oposição política e os militares revolucioná-

rios, conduziram ao poder, pela força das armas, o candidato derrotado nas eleições presidenciais, Getúlio Vargas.

Embora não representasse, inicialmente, uma corrente revolucionária, com programas definidos e objetivos políticos específicos, pois visava a desagravar a honra do chefe militar ofendido, o movimento tenentista teve suas raízes mais profundas no intenso clima de descontentamento reinante entre a oficialidade, em particular entre os que compunham o combativo grupo do Clube Militar.

Numa etapa posterior, que veio a ser desencadeada em São Paulo, assumiu o caráter revolucionário, cujo programa se definiu, principalmente, na fase de lutas da coluna Miguel Costa - Prestes, onde puderam os Tenentes verificar, em toda sua extensão, o estado de abandono e as precárias condições de vida da população brasileira no interior do país. E esta foi a bandeira levantada.

Os Tenentes, no poder, estenderiam sua influência na vida política brasileira até a década de 50, mesmo após a morte daquele que haviam conduzido ao poder.

OS TENENTES NO PODER

A Revolução de 1930 foi obra não apenas de elementos revolucionários, civis e militares,

mas deveu-se em grande parte à ação dos chefes militares das forças legais que, intervindo no processo como pacificadores, procuraram evitar a eclosão de uma guerra civil.

Citando o General Tasso Fragoso, presidente da Junta de Pacificação que assumira o governo, depondo o Presidente Washington Luís e entregando-o ao chefe civil da revolução, verifica-se que uma grande parte das forças legais era favorável ao movimento:

"Minha consciência me bradava não ser justo que o Exército e a Marinha se aferrem à defesa de um governo que a nação já não suporta, ajudando-o a impor-lhe sua vontade. A força armada é servidora desta e não daquele." (Tasso Fragoso. - 1951, 34).

O governo provisório instalado a seguir procurou reorganizar a estrutura jurídica e constitucional da Nação, que julgava desviadas dos verdadeiros ideais republicanos, pelos sucessivos governos das oligarquias dominantes.

Foram depostos governadores e prefeitos que não apoiaram a revolução; as câmaras representativas foram dissolvidas em todos os níveis, desde o Congresso Nacional até as Câmaras Municipais. O governo dos estados foi entregue a interventores-Tenentes, ou pessoas indicadas por estes, aos

quais caberia nomear os agentes executivos municipais, que deveriam manter a pureza do novo regime.

O modelo era a vitoriosa revolução franquista na Espanha e os ascendentes movimentos nazista na Alemanha e fascista na Itália.

Caracterizava-se este período da História do Brasil pelo discricionarismo com que foram conduzidas as ações do governo, pela intensa repressão a que foram submetidos os adversários políticos e o desempenho de funções quase que exclusivamente policiais pelas Forças Armadas, fiadoras e executoras do regime.

A politização das Forças Armadas foi outra característica do período, pois estava na essência da doutrina revolucionária, no dizer de seu próprio formulador, o então Capitão Juarez Távora.

"... A condição de soldado não exclui o direito do cidadão, e este tem o dever de intervir na coisa pública, toda vez que correrem perigo as instituições políticas, a liberdade e os direitos do povo." Prosseguindo nessa linha de raciocínio, conclui que "... a obediência não é um dever, e sim a decorrência de um contrato feito entre o indivíduo e a autoridade, e quando esta rompe o compromisso liberta o indivíduo de qualquer obrigação". Em seguida completa di-

zendo que "a rebelião não é só um direito, é um dever, quando a liberdade está em perigo". (J. Távora. — 1927, 88).

Complementando o quadro político, em que se insere esse período crítico de nossa História, ressaltamos a intensa campanha desencadeada por grupos nacionalistas e ultra-nacionalistas contra o capital estrangeiro e pela nacionalização da indústria petrolífera e siderúrgica do país, na qual se destacaram muitos militares. A essas lutas internas acrescentem-se as pressões internacionais de toda ordem, oriundas de países em estado de pré-beligerância, e teremos composto o quadro que levou o país, em 1937, ao Estado Novo, período ditatorial, que só terminou ao final da 2ª Guerra Mundial, novamente por ação das Forças Armadas.

A participação do Brasil no conflito mundial que, sem nos determos numa análise mais profunda, apresentou-se como uma contradição política, pois vivendo num regime ditatorial iria a Nação alinhar-se aos países democráticos, foi o elemento decisivo para o fim da ditadura getulista, a qual seria substituída por um governo eleito, mas ainda militar e policial, que asseguraria uma relativa estabilidade constitucional, possibilitando, ao seu final, o retorno do antigo ditador, eleito por esmagadora maioria.

A última fase deste período caracterizou-se pela retomada da consciência política do povo, possibilitando o desencadeamento de pressões políticas, sociais e militares que, em sua fase mais aguda, levaram ao suicídio o Presidente Getúlio Vargas.

A posse do sucessor de Vargas, Juscelino Kubitschek, eleito por sufrágio direto, foi assegurada pelo então ministro da Guerra, General Lott, que evitou, dessa forma, um novo golpe de estado, cuja articulação já estava bastante adiantada e contava com a participação de altas autoridades do governo que encerrava seu mandato.

Concluindo o estudo dessa agitada fase da vida política brasileira, podemos constatar que ela marcou definitivamente o rompimento dos velhos laços que ligavam o Império e a República. Renovou os quadros políticos nacionais, substituindo, às vezes, um grupo oligárquico por outro, mas permitiu a entrada de um elemento novo no panorama político: a classe média urbana, que começava a tomar consciência do seu peso político, mais identificada com a componente militar do poder, e que será determinante no processo de democratização do país.

Por outro lado, o total envolvimento dos militares com a política iria criar um estado poli-

cial, em que as garantias do cidadão seriam relegadas a um plano secundário, gerando profundas divergências no seio das Forças Armadas.

O envolvimento direto dos altos quadros de chefia do Exército, Marinha e da nascente Aeronáutica transformariam as Forças Armadas nacionais nas reais detentoras do poder, sem cuja anuência nada poderia ser realizado.

Dos Tenentes aos Generais

O término da 2ª Guerra Mundial deixara o mundo claramente dividido em duas grandes correntes político-ideológicas.

A primeira, liderada por Moscou, professante da doutrina marxista-leninista e decidida a impor sua filosofia, patrocinando sua expansão e empregando particularmente a subversão para a consecução de seus objetivos.

A segunda, liderada pelos Estados Unidos, à qual se alinhavam os países do hemisfério ocidental, cuja política antepunha-se claramente àquela.

A expansão comunista que se iniciara pelo sudeste da Ásia incendiando aquela parte do planeta, em pouco tempo se alastrou pelo mundo e encontrou campo fértil nos países da África e da América Latina. Cuba foi rapidamente comunizada.

O perigo rondava nossas portas.

O Brasil, tradicional aliado dos Estados Unidos, e que experimentara um surto desenvolvimentista extraordinário no governo Kubitschek, graças principalmente aos empréstimos externos, tinha sua classe política dividida. Questionava-se a validade das alianças estabelecidas, bem como se denunciavam os acordos celebrados, alguns deles lesivos aos interesses do País. Desse clima de intensa atividade política se aproveitavam os propagandistas da doutrina marxista para fazer seu proselitismo.

O Exército Brasileiro, altamente politizado, participava ativamente do processo eleitoral, e o Clube Militar voltava a atuar como centro político e arena de enfrentamento entre as diversas correntes de pensamento no Exército.

Às eleições presidenciais concorreu o então ministro da Guerra, Marechal Lott, como candidato do governo, tendo sido derrotado pelo candidato oposicionista Jânio Quadros.

Embora o Marechal Lott tenha sido derrotado, seu companheiro de chapa, Sr. João Goulart, de tendências nitidamente esquerdistas, logrou eleger-se vice-presidente, graças ao apoio maciço dos partidários de Getúlio Vargas, de quem era afilhado político, e em cujo último governo fora Ministro do Trabalho,

além de ter sido vice-presidente de Juscelino, que deixava o poder, e em cujo governo se indisputara contra a cúpula militar.

Jânio só governou sete meses. Renunciou inesperadamente em meio a uma crise política corriqueira, deixando acéfalo o governo e perplexa a nação.

A reação partiu dos ministros militares, que, na ausência do vice-presidente — este se encontrava em visita à China Comunista — assumiram o governo e negaram-se a passá-lo ao mesmo, pois temiam que, com a grande concentração de poderes proporcionada pela função, Goulart viesse a conduzir o país para o socialismo.

Após um tenso período de negociações, em que as lideranças do Exército se encontravam divididas, chegou-se a um acordo, no qual se estabelecia o regime parlamentarista, para que o vice-presidente pudesse assumir.

A ascensão de Goulart à Presidência dividiu o país. O exército, altamente politizado, sentiu profundamente o golpe.

Durante o governo Goulart desencadeou-se um intenso processo de agitação política, de cunho populista, conduzido pelo próprio governo, que desejava retomar o sistema presidencialista, dirigido particularmente à classe trabalhadora e aos sindicatos. A agitação atingiu as Forças Armadas na sua

base, envolvendo sargentos, cabos e soldados, em atos de manifestação pública, em franco desrespeito às normas disciplinares.

No seio do Exército, existia uma clara divisão entre os elementos contra e pró Goulart, que representava o poder legal.

Em março de 1964, após uma série de episódios, entre os quais destacamos o comício de frente ao Ministério da Guerra, a revolta dos marinheiros e a solenidade do Automóvel Clube, em que os sargentos homenagearam o presidente da República, nos quais ficara bem caracterizada a quebra da disciplina militar e a total subversão das massas, desencadeou-se o processo revolucionário.

Liderado pelo governador de Minas Gerais e articulado pelo Comandante da 4ª Divisão de Infantaria, que tomou a iniciativa na área militar, o movimento ganhou amplo apoio popular e militar, depondo o governo sem derramamento de sangue.

Assumiu o governo revolucionário, a fim de restabelecer a legalidade no país, o então General Humberto de Alencar Castello Branco, para cumprir o restante do quinquênio iniciado em 1960.

A análise do curto período que engloba os governos Jânio Quadros — João Goulart fica incompleta se deixarmos de con-

siderar a alta influência política das Forças Armadas que, desde a revolução de 1930, passaram a ser as fiadoras do poder e que se constituía de toda uma geração de oficiais políticos, diretamente engajados no sistema de governo, ou contra ele.

Dentro do quadro de instabilidade gerado, particularmente pelas condições de subdesenvolvimento do país, subordinado ao capital estrangeiro e por este manipulado, sujeito à ação psicológica da intensa propaganda político-revolucionária que caracterizou o final da década de 50 e início da de 60, surge como componente fundamental o povo, massa de manobra das campanhas desenvolvidas pelos que desejavam a implantação de um novo credo político, representado, nas Forças Armadas, pelas praças, que seriam o fermento do processo subversivo.

A ação revolucionária que atingira seus objetivos sem derramamento de sangue, com amplo apoio das forças vivas da nação, teria que se aprofundar e consolidar o processo.

A revolução, que se fizera para evitar a instalação de um governo discricionário e que visava ao restabelecimento dos princípios cristãos e democráticos, assegurando aos cidadãos o exercício de seus direitos legais, teria que realizar uma cirurgia profunda, a partir do pró-

prio corpo do elemento revolucionário.

A radicalização do processo subversivo, que se intensificou com a ação daqueles elementos marginalizados pela nova ordem, prolongaria a duração dos governos revolucionários, engajando, mais uma vez, as Forças Armadas como sustentáculos e executoras do regime.

OS GOVERNOS REVOLUCIONÁRIOS

Iniciado pelo governo do Marechal Castello Branco, que teve seu mandato prorrogado, e sucedido pelos Generais Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo, os governos militares caracterizaram-se pela busca de uma política que se adaptasse ao contexto da sociedade brasileira.

Embora durante o primeiro governo revolucionário tivesse sido elaborada uma nova Constituição para o país, esta se mostrou inadequada ao clima político apresentado, profundamente influenciado por forças revolucionárias marxistas-leninistas externas. Foram baixados os atos institucionais para permitir ao governo combater a subversão e o terrorismo, dentro de regras legais.

Nesse período, as Forças Armadas tiveram sua atuação voltada quase que exclusivamente para as ações de segu-

rança interna, tendo sido empregadas como elementos de repressão e dissuasão política. Foi vedado aos militares a manifestação política, exigindo-se dos mesmos estrito cumprimento dos preceitos regulamentares.

Caracterizado ainda como um período de incertezas na área econômica, devido às constantes oscilações provocadas no mercado internacional, particularmente as crises provocadas pelos países exportadores de petróleo, que desorganizou a economia mundial com profundos reflexos nos países subdesenvolvidos, viu-se o Brasil envolvido em uma crise econômica sem precedentes. Paradoxalmente, ao atingir a condição de 8ª economia mundial, após um eufórico surto progressista, convivia o país com o maior índice de endividamento externo de sua história.

Dentro desse difícil quadro econômico, agravado pelos problemas sociais causados por um desenvolvimento desordenado, foi concretizada a abertura política, com a realização de eleições, retornando as lideranças civis ao exercício do poder.

As lideranças políticas, mantidas acuada as de oposição, ou tuteladas aquelas favoráveis ao governo, não tiveram a renovação necessária para assegurar a continuidade político-administrativa da nação, agravando ain-

da mais o quadro crítico do país.

As relações trabalhistas, conduzidas pelos sindicatos, que tiveram suas atividades limitadas nos governos revolucionários, deterioraram-se e entraram num processo de crescente radicalização.

A atividade política encontrou no processo de abertura democrática campo fértil para a radicalização esquerdista, cuja influência nos destinos da Assembleia Nacional Constituinte é, atualmente, motivo de apreensão por parte das correntes democráticas nacionais.

A marginalização social, cujos principais sintomas ficaram expressos no aumento do banditismo e no crescimento exagerado das populações faveladas, ficou também como um grave problema a ser equacionado.

A situação econômica interna, que enfrenta até os dias atuais um grave processo inflacionário, bem como as relações econômicas com outros países, que se encontra dificultada pelo excepcional endividamento externo, tem sido a questão maior enfrentada pelo atual governo, cujos programas vêm sofrendo sucessivos malogros.

A opinião pública nacional, fortemente motivada pela propaganda eleitoral do último pleito, na qual as Forças Armadas foram apresentadas como as grandes responsáveis pela si-

tuação crítica em que se encontrava o País após mais de duas décadas de governo militar, acha-se completamente desiludida com os rumos tomados pelo país sob a direção da classe política.

As Forças Armadas, afastadas do exercício do poder, têm sido o único ponto de apoio com que tem contado o presidente da República durante todo o seu governo. Os políticos têm pautado sua atuação por uma infrene disputa por cargos públicos, subordinando seu apoio ao governo a uma espúria retribuição.

Este sombrio quadro da situação política e social no Brasil de hoje assemelha-se em muito a outros períodos de nossa história republicana...

CONCLUSÃO

Do estudo de quase um século de vida republicana no Brasil, constata-se que a influência militar no quadro político e institucional brasileiro tem sido permanente.

Proclamada a República, foi escolhido o líder militar do movimento para exercer sua primeira presidência. Às Forças Armadas caberia formalmente a garantia do regime e, informalmente, o papel de poder moderador, deixado vago pela ausência do imperador. Dessa forma, a primeira crise republicana foi resolvida à margem da Consti-

tuição vigente, substituindo-se um presidente militar por outro, a fim de que o poder moderador não se desintegrasse.

A prática da nova ordem republicana iria alterar essa relação de poder mas por breves períodos. Em sua essência, o poder militar tem garantido e tutelado o poder civil.

O estudo das origens de nossas Forças Armadas permitiu que identificássemos, ao longo de todo o processo de formação, suas origens populares, que resultaria, já nos extertores do regime imperial, em um Exército perfeitamente identificado com as causas populares, como as campanhas abolicionista e republicana, para a qual contribuiu muito mais que com a força das armas, representando a base filosófica sobre a qual foi instituído o novo regime.

Os revolucionários de 1889, no entanto, desejaram manter, no novo regime, a liberdade de participação política, sem perder as prerrogativas que a farda lhe outorgava. Assim, asseguraram sua "obediência dentro dos limites da lei", o que lhes facultava continuar suas lutas para a consecução do ideário republicano.

O Clube Militar, agremiação de caráter eminentemente político, criado por aqueles que seriam nossos grandes próceres revolucionários, seria o porta-voz das aspirações e desilusões

das diversas correntes de pensamento militar.

O exercício do governo e do poder moderador na nóvel república iria desgastar profundamente a imagem do Exército antagonizando-o com a classe política.

Decorre daí o confronto entre políticos e militares pelo exercício do poder, o que, ao longo de nossa história, será uma constante, passando por períodos de agravamento, como o antiflorianismo, ou ainda a radicalização por parte do governo no julgamento dos revoltosos de 1922, que tornou proscritos os Tenentes, induzindo-os a uma nova revolução em 1924, e a uma terceira, vitoriosa, em 1930.

O exercício da política pelos militares, até então discreto, ampliou-se, pois estava na essência da doutrina tenentista que a condição de soldado não excluía a de cidadão, devendo este intervir na coisa pública.

O Tenentismo vitorioso, no entanto, seria o coveiro de sua própria filosofia, a qual enterraria numa constante repressão a todas as formas de manifestação política, particularmente na ditadura estadonovista, da qual foi co-participante.

Seria novamente através das Forças Armadas, egressas dos campos de batalha europeus, que as aspirações populares de redemocratização seriam aten-

didas com a deposição do ditador.

Garantiria ainda o Exército a manifestação democrática das urnas, assegurando a posse de Juscelino em 1955, e, vê-lo-famos abraçado, por último, à causa popular em apoio ao movimento revolucionário de março de 1964.

Analisando detidamente os fatos históricos que compõem o quadro da participação do militar na vida política do país, destacamos como mais relevantes os seguintes aspectos:

- a participação dos militares nos processos insurreccionais, exceto a Proclamação da República, tem ocorrido, via de regra, à revelia do comando das Forças Armadas, atendendo a motivações políticas ou sociais, e nunca a interesses militares específicos;

- a intervenção das Forças Armadas, que na maioria dos casos agiu como poder moderador, evitando o confronto entre as partes, para possibilitar um retorno mais rápido à normalidade constitucional, evoluiu para um engajamento direto no processo, com a conseqüente assunção das atribuições do poder executivo;

- as sucessivas intervenções militares, embora guardem relação de coerência entre si, como a manutenção da democracia, o anticomunismo, etc., não são interdependentes. Não

têm visado ao restabelecimento de um *statu quo* anterior, nem tampouco garantir privilégios de qualquer segmento social, inclusive militar. Atende cada uma, dentro de seu ciclo histórico, a anseios populares específicos, e com estes se identifica;

- o antagonismo gerado entre a classe política e militar pelo exercício do poder tem sido o causador de sucessivas campanhas de desestabilização institucional, resultando, na maioria das vezes, em retrocesso político e social para o país;

- o envolvimento das Forças Armadas na condução política do país decorrente dos processos revolucionários, leva, invariavelmente, a uma fase repressiva, com o uso discricionário da força, o que, na maioria das vezes, aprofunda os antagonismos;

- a Força Armada deliberante, como defendiam os princípios tenentistas, com restrições ao princípio da obediência, conduz a insanáveis divisões internas, com graves prejuízos para a disciplina militar;

- a reunião de militares em entidades com fins claramente políticos, a exemplo do ocorrido em várias oportunidades no Clube Militar, radicaliza as posições, criando um clima de antagonismo ao poder político, e subtrai, ao comando da Força, o controle de sua Instituição;

- o emprego das Forças Ar-

madadas como elemento de repressão política, com atribuições policiais, descaracteriza as instituições militares, relegando a um plano secundário o aspecto operacional, com profundos reflexos na formação e adestramento dos quadros e das reservas.

Para concluir o presente trabalho, faz-se necessário visualizar o quadro político e social do Brasil de hoje, que atravessa um período crítico, semelhante àqueles vividos em 1889, 1930, 1945, e 1964.

A busca de uma nova forma de convívio social, através da elaboração de uma nova Carta Constitucional para a Nação, num clima de ampla liberdade ideológica, favorecido pela desmistificação da filosofia marxista, deve ser objeto de acompanhamento atento por aqueles que continuarão a se responsabilizar pela segurança nacional, a fim de que sejam identificadas as verdadeiras aspirações do povo brasileiro.

A integração do cidadão fardado na vida política da nação precisa ser assegurada, preservando-se no entanto as instituições militares das manifestações político-partidárias, a fim de ser resguardada a disciplina militar.

No limiar de um novo ciclo da história política do Brasil, parece-nos que deve ser modificado o papel das Forças Armadas

em relação à classe política brasileira. Ao invés da tradicional tutela, deve ser estimulado o amadurecimento da classe, a qual terá a pressão de um contingente populacional de mais de 140 milhões de pessoas, com o apoio de uma imprensa responsável sustentada por um moderno sistema de comunicações. A consecução de tal objetivo viria a concretizar o ideário republicano.

Encerrando, este trabalho, cabe lembrar as palavras do insigne chefe, General Estevão Leitão de Carvalho, cuja obra, *Dever militar e política partidária*, inspirou este trabalho:

"Nesse terreno, para apresentar-se com autoridade que mereça acatamento, é forçoso dar o exemplo na vida nacional, abolindo as reivindicações fora da lei, e conformando-se com as derrotas eleitorais, por mais falhos que sejam os processos de escolha, aplicados na renovação dos mandatos, tendo em conta o atraso da massa eleitoral e a precária educação política de muitos dos seus dirigentes.

E como a garantia do normal funcionamento das instituições

políticas é a liberdade, e esta só subsiste quando há certeza de que a força armada se mantém neutra diante dos pleitos, cumprindo o seu dever, sem se pôr ao lado de nenhuma facção, é preciso revigorar, nos militares, a convicção de que esse é o seu dever, quaisquer que sejam os baldões que sobre eles atirem os interesses em desviá-los do bom caminho."

BIBLIOGRAFIA

1. CARVALHO, Estevão Leitão de - 1959. *Defesa militar e política partidária*. S. Paulo, Companhia Editora Nacional.
2. EDMUNDO, Luiz - 1958. *De um livro de memórias*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
3. FAORO, Raimundo - 1975. *Os donos do poder*. S. Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2. vol.
4. MELO FRANCO, Afonso A - 1975. *Problemas políticos brasileiros*. Rio de Janeiro, Editora José Olímpio.
5. MOURÃO F^º, Olímpio - 1978. *A verdade de um revolucionário*. São Paulo, L & PM Editores Ltda.
6. SILVA, Hélio - 1985. *O por'ér militar*. Porto Alegre, L & PM Editora Ltda.
7. SODRÉ, Nelson W - 1965. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
8. TÁVORA, Juarez - 1927. *À guisa de depoimento*. S. Paulo, Companhia Nacional.
9. _____ 1976. *Uma vida e muitas lutas*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 3 vol.



FRANCISCO MARIOTTI é Major do Exército. Possui os cursos da Aman (1972), EsAO (1981) e ECEME (1988). Chefia a 2ª Seção da 9ª Brigada de Infantaria Escola - Vila Militar, Rio de Janeiro, RJ).